



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90114/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS
UASG 928446

OBJETO:

*Registro de Preços para futura e eventual contratação de **serviços de buffet** para fornecimento de coquetel nas solenidades e eventos promovidos pela Câmara Municipal de Pará de Minas.*

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 109.691,25 (cento e nove mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos)

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:

17/12/2024 às 09 horas (*horário de Brasília*)

SÍTIO ELETRÔNICO:

<https://www.gov.br/compras/pt-br>



CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO
PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2024
EDITAL 02

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.931.994/0001-77, sediada na Avenida Presidente Vargas, nº 1935, Bairro Senador Valadares, nesta cidade de Pará de Minas/MG, por meio da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), da [Lei Municipal nº 5.142, de 07 de fevereiro de 2011](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), do [Ato da Mesa Diretora nº 01/2024](#) desta Casa e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Agente de Contratação / Pregoeiro(a): Nathaly de Oliveira Celestino Moreira

Equipe de Apoio: Fernanda Teixeira Almeida

Agente de Contratação / Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio designados pela [Portaria nº 27, de 25 de abril de 2024](#).

I – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preço** para futura e eventual contratação de **serviços de buffet**, para fornecimento de coquetel nas solenidades e eventos promovidos pela Câmara Municipal de Pará de Minas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação **será dividida em 05 (cinco) itens** independentes, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Edital e as constantes no CATMAT e/ou CATSER, **prevalecerão as especificações deste Edital**.

II – DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF** – e perante o sistema eletrônico de compras do Governo Federal, por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o **terceiro dia útil anterior** à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>), **de forma gratuita**, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.5. A não observância do disposto neste item poderá ensejar **desclassificação** na licitação.

2.2. A presente licitação é **EXCLUSIVA** para **Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 28 da Lei Municipal nº 5.142/2011, que sejam do ramo pertinente e compatível com o objeto licitado, apta ao fornecimento do objeto e satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.3.1. A obtenção do benefício a que se refere o **item 2.3** fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, **pessoas jurídicas** que, por qualquer motivo:

- a) não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- b) que tenham tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;
- c) mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2024;
- d) estejam elencadas no demais incisos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.4.1. A participação no certame está restrita a empresas sediadas no Município de Pará de Minas, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar (Anexo II, tópicos 4.3 e 7.5) e especificada no Termo de Referência (Anexo I, tópico 4.13). Caso a empresa não atenda esse requisito, será desclassificada.

2.4.2. Considera-se âmbito municipal o limite do perímetro urbano de Pará de Minas, delimitado em seu Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 4.658/2006).

2.5. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.6. A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

2.7. É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.

2.7.1. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” na presente licitação, conforme disposto no **item 4.6** do Termo de Referência (**Anexo I**).

2.8. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Agente de Contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

3.1. Os licitantes deverão cadastrar a proposta comercial **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta cadastrada no sistema **até a abertura da sessão pública**.

3.2. Deverá ser consignado, na forma expressa no sistema eletrônico, o preço unitário e total de cada item, observados o quantitativo e a unidade de medida do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (**Anexo I**).

3.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, em moeda corrente nacional, devendo ser apresentado com precisão de 02 (duas) casas decimais.

3.2.2. Na hipótese de apresentação de preços com mais de **02 (duas)** casas decimais, serão desprezados todos os valores a partir da 3ª (terceira) casa decimal, refazendo-se os cálculos para efeito de julgamento.

3.2.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.2.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos valores, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, devendo arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

3.3. Para o adequado cadastramento da proposta, o licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações constantes deste Edital.

3.3.1. O campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” será destinado às informações complementares da proposta, observados as condições e os prazos constantes do Termo de Referência (**Anexo I**).

3.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este Edital.

3.6. Quando do cadastramento da proposta, o licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **declarações**:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- b) não existem fatos impeditivos para a sua habilitação na presente licitação e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição;
- d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.7. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/ 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/ 2021.

3.8. A licitante que deixar de prestar a declaração de enquadramento como ME/EPP não poderá usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, ainda que se enquadre como uma das beneficiárias.

3.9. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A falsidade da declaração sujeitará a licitante às sanções prevista na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de cadastramento da proposta pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.12. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.12.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.13. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão dar-se-á automaticamente no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá formalizar o apontamento de imediato e exclusivamente pelo e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão será **suspensa automaticamente** e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após **comunicação expressa** aos participantes no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando no “chat” os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a sua reabertura.

4.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

5.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **aberto**.

5.1.1. A etapa de envio de lances durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos último dois minutos do período de duração desta etapa.

5.1.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o **subitem 5.1.1**, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se trata de lances intermediários.

5.1.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem crescente de classificação.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita **exclusivamente** na fase de julgamento, *ressalvado* o disposto no **item 5.3**.

5.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá **desclassificar** a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1. a proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação do licitante;

5.3.2. a proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

5.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos, irrisórios ou nulos, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão, em vista do disposto no **item 5.3**.

VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar **lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignado de cada lance.

6.2. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

6.3. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

6.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeitos de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.4.1. O licitante poderá, *uma única vez*, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.5. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.5.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.6. Para a formulação dos lances, o licitante deverá observar o intervalo mínimo **1% (um por cento) no valor de cada item**.

6.7. Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando couber, e, após, se for o caso, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.1. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado de forma virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

6.8. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no item anterior.

VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 os licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do item anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrado nesta condição, com valores até **5% (cinco por cento)** superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de **5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originariamente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.5. Será concedida **PRIORIDADE** na contratação a microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em **âmbito local** nas situações em que as ofertas apresentadas por elas sejam **até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.**

7.5.1. A prioridade de contratação de que trata este item decorre de determinação legal, consoante art. 34-B da Lei Municipal nº 5.142/2011, que regulamenta no Município de Pará de Minas o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123/2006. A referida prioridade visa promover o desenvolvimento econômico e social, de forma a estimular a economia local.

7.5.2. Considera-se âmbito local aquelas empresas sediadas dentro do limite do perímetro urbano de Pará de Minas conforme Lei Complementar nº 4.658/06, delimitado em seu Plano Diretor Municipal.

VIII – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, considerando o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no Edital e seus anexos.

IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1. Quando a licitante mais bem classificada, mesmo após a negociação, for *desclassificada* em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo para a contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, respeitada a ordem de classificação.

9.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada por todas as licitantes, e registrada na ata da sessão pública que será anexada aos autos do processo licitatório.

X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o **Anexo III** do edital e devidamente adequada ao último lance, bem como os documentos complementares, se necessário, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o *e-mail*



agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.2. O prazo para envio da proposta formatada e eventuais documentos complementares é de no máximo **2 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou de ofício, a critério deste, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

10.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o subitem anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.4. Em caso de não envio da proposta formatada no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será *desclassificada* e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.5. A proposta será **desclassificada** quando:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas, prazos e condições pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.5.1. A **CÂMARA** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na **alínea “d”** acima.

10.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à adequação às especificações técnicas do objeto, bem como quanto à compatibilidade dos preços ofertado, que não poderão ser superiores aos valores estimados do(s) item(ns) constante no Termo de Referência (**Anexo I**).

10.2.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.



10.2.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. É *indício* de inexecuibilidade das propostas valores **inferiores a 75%** (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela **CÂMARA**.

10.2.3.1. Se houver indícios de inexecuibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá, por meio de diligência, assegurar à licitante a oportunidade de demonstração da viabilidade financeira e econômica da oferta que comprove que o custo da licitante não ultrapassa o valor da proposta e existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 e 70 da Lei nº. 14.133/2021 são:

11.2. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.2.1. Prova de constituição social, podendo ser, em caso de:

a) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade site www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



e) sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal 5.764/1971;

f) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

11.2.1.1. O documento para habilitação jurídica deverá explicitar o objeto social da empresa licitante, o qual deverá ser *compatível* com o objeto desta licitação, o endereço de sua sede e os atuais responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar documentos em nome da empresa.

11.2.1.2. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.2. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) Certificado de Licença Sanitária concedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal. Essa exigência possui respaldo legal no artigo 85 da Lei Estadual nº 13.317/1999 e nos artigos 45 e 46 do Decreto-Lei Federal nº 986/1969.

11.2.3. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjuntamente com a prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da Licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da Licitante mediante apresentação de certidão emitida pela secretaria competente do Município;



f) Certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

11.2.3.1. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.2.3.2. A licitante enquadrada como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na LC nº 123/2006, estará dispensada da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.2.4. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.2.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

11.2.5. OUTROS DOCUMENTOS:

11.2.5.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no **item 3.6** deste edital.

11.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante vencedora.

11.4. A habilitação da licitante será verificada pelo Pregoeiro por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos e da documentação anexada ao sistema eletrônico pela licitante.

11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação também poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Câmara Municipal de Pará de Minas, mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (**CRC**), desde que dentro do prazo de validade, na forma prevista na Instrução Normativa nº 003/2019 da Câmara Municipal.

11.6. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no **SICAF** ou no **CRC** ao tempo da consulta pela Administração, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.6.1. O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, **02 (duas) horas**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de

prorrogação por parte da licitante.

11.6.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.6.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.7. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.7.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.7.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à **Divisão de Compras e Gestão de Contratos da Câmara Municipal de Pará de Minas, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 1935, Bairro Senador Valadares, nesta cidade de Pará de Minas/MG**, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.8. Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação, fica **vedada** a substituição ou apresentação de novos documentos, **salvo** em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.8.1. A apresentação de documentos de que trata o **item 11.8** será realizada em observância ao disposto no **item 11.9** e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.9. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no **item 11.8**, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.9.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no

“chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.9.2. O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, **02 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.9.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.9.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os **itens 11.8 e 11.9** no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.10. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.10.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.10.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.11. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.12. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar **toda** a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que esta apresente alguma restrição**.

11.12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;



11.12.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.13. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a **180 (cento e oitenta) dias** corridos.

11.13.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência **indeterminado**.

11.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídas eventuais diligências.

XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XIII – DO RECURSO

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até **10 (dez) minutos** do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recorrer**, *sob pena de preclusão*.

13.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado *exclusivamente* por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do **item 13.1** deverá apresentar, em momento único, as **razões recursais**, *exclusivamente* em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**.

13.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**,

que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o **item 13.1.2.**

13.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, *havendo solicitação nesse sentido*, será assegurada aos licitantes interessados vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Na análise do recurso, a **CÂMARA** poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XIV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, se houver, o objeto do presente processo licitatório será **adjudicado e homologado** pelo Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas.

14.2. O resultado do Pregão será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do Município de Pará de Minas (<https://diario.parademinas.mg.gov.br/>), bem como no site da Câmara Municipal de Pará de Minas (<http://www.parademinas.mg.leg.br>).

XV – DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

15.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, o licitante vencedor será convocado para assinar a ata de registro de preços ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.1.1. O prazo de convocação de que trata o **item 15.1** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, durante seu transcurso, mediante solicitação do licitante vencedor, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela **CÂMARA**.

15.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no **item 15.1**.

15.1.3. A **CÂMARA** poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no **item 15.1**.

15.1.4. Caso o licitante vencedor convocado não realize a assinatura do contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido no **item 15.1**, será *facultado* à Administração convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Por ocasião da assinatura do contrato, a **CÂMARA** verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da Ata de Registro de Preços (ARP):

15.3.1. Serão registrados na ARP os preços e os quantitativos da Adjudicatária;

15.3.2. Será incluído na ARP, na forma de anexo, o registro:

a) Das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao da Adjudicatária, observada a ordem de classificação da licitação; e

b) Das licitantes que mantiverem sua proposta original;

15.3.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes registrada na ARP.

15.3.4. O registro a que se refere a **alínea “b”** do **subitem 15.3.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pela signatária da ARP.

15.3.5. A apresentação de novas propostas na forma do disposto neste Título não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

15.3.6. Para fins da ordem de classificação, as licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao da Adjudicatária antecederão aquelas que mantiverem sua proposta original.

15.3.7. A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação de licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



- a) quando a licitante vencedora não assinar a ARP no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na ARP.

15.3.8. As demais regras referentes ao registro de preços, bem como aos órgãos gerenciador e participantes, se for o caso, e a eventuais adesões constam da Minuta da ARP anexa.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo de licitação;
- e) fraudar a licitação;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração pode, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;



c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientação dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

a) Para as infrações previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do **item 16.1**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do instrumento contratual.

b) Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do **item 16.1**, a multa será de **15% a 30%** do valor do instrumento contratual.

16.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

16.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do **item 16.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do **item 16.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b”

e “c” do **item 16.1** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao responsável, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da lei e para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, *exclusivamente* pelo e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em campo próprio da plataforma Compras.gov.br para conhecimento de todos os interessados no prazo de **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento, em regra, não suspendem os prazos previstos no certame.

17.3.1. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo licitatório.

17.4. Eventuais modificações no Edital implicarão nova data para a realização do certame na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos de atos e procedimentos originais, **exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.**

17.5. A Câmara Municipal de Pará de Minas não se responsabilizará por impugnações/esclarecimentos endereçadas erroneamente ou por outras formas, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte do licitante.



18.2. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos, podendo, também, solicitar, a qualquer tempo, a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.

18.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.4. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.5. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá **suspender** a sessão e marcar nova data para a sua continuidade, intimando todos os participantes a comparecerem.

18.6. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam a **CÂMARA**, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

18.7. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

XIX – DOS ANEXOS

19.1. Constituem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo I-A – Documento de Formalização da Pesquisa de Preços

Anexo II – Estudo Técnico Preliminar

Anexo III - Modelo de Proposta Comercial

Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preço

Pará de Minas, 29 de outubro de 2024.

Dilhermando Rodrigues Filho
Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 48/2024

Pregão (Eletrônico) nº 14/2024

Registro de preços nº 09/2024

1. OBJETO:

Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de buffet, para fornecimento de coquetel nas solenidades e eventos promovidos pela Câmara Municipal de Pará de Minas.

Especificação detalhada do objeto:

ITEM 1 – Solenidade de Posse Legislatura 2025 – 2028 (a solenidade acontecerá no dia 1º de janeiro de 2025, em local e horário ainda a serem definidos)			
CÓDIGO	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
2125	1	SERV.	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Posse da Legislatura 2025-2028. Aproximadamente 1.000 pessoas.
DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE SALGADOS E BEBIDAS:			
<p><u>SALGADOS:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • 1000 unidades de Rolé de Palmito e Presunto; • 1000 unidades de Supremo de Frango; • 1000 unidades de Canapés de Banana; • 1000 unidades de Barquete de Salpicão; • 1000 unidades de Tartelete de Frango com Abacaxi; • 1000 unidades de Tartelete de Salmão; • 1000 unidades de Quiche de Frutos do Mar; • 1000 unidades de Quiche de Bacalhau com Palmito; • 1000 unidades de Espetinho de Filé Mignon com pimenta biquinho; • 1000 unidades de Massa Folhada de Alho Poró com Peito de Peru. <p><u>BEBIDAS:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • 300 litros de refrigerantes sabores <u>cola e guaraná</u>; sendo 100 do tipo <u>diet/light/zero</u>, envasados em garrafa pet de 2 litros, contendo as informações pertinentes ao produto, dados de identificação do fabricante, data de fabricação e validade, 			



conforme legislação em vigor. Marca referência: Coca-Cola e Antártica (equivalente ou melhor qualidade).

- 300 litros de suco natural de laranja (1.000 copos de 300ml);
- 12 galões de 20 litros de água mineral;
- 80 sacos de gelo em cubos de dose.

Profissionais de apoio: 8 garçons e 8 auxiliares de buffet.

Preço Estimado: R\$ 46.914,00

ITEM 2 – Solenidade de Entrega dos Títulos de Cidadania e Diplomas de Honra ao Mérito (a ocorrer dia 20 de setembro de 2025, na sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, em horário a ser definido pela Presidência)

CÓDIGO	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
2126	1	SERV.	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Entrega dos Títulos de Cidadania e Entrega de Diplomas de Honra ao Mérito. Aproximadamente 350 pessoas.

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE SALGADOS E BEBIDAS:



SALGADOS:

- 650 unidades de Coxinha de Frango com Catupiry;
- 450 unidades de Rissole de Milho;
- 450 unidades de Casulo de Queijo;
- 450 unidades de Palmito Imperial sem Presunto;
- 400 unidades de Empada de Alho Poró;
- 350 unidades de Empada de Frango;
- 450 unidades de Croquete;
- 450 unidades de Kibe;
- 450 unidades de Medalhão de Frango.

BEBIDAS:

- 120 litros de refrigerantes sabores cola e guaraná; sendo 20 do tipo diet/light/zero, envasados em garrafa pet de 2 litros, contendo as informações pertinentes ao produto, dados de identificação do fabricante, data de fabricação e validade, conforme legislação em vigor. Marca referência: Coca-Cola e Antártica (equivalente ou melhor qualidade).
- 105 litros de suco natural de laranja (300 copos de 350ml);
- 5 galões de 20 litros de água mineral;
- 10 sacos de gelo em cubos de dose.

Profissionais de apoio: 4 garçons e 3 auxiliares de buffet.

Preço Estimado: R\$ 15.522,25

ITEM 3 – Solenidade de Afixação de Retrato na Galeria de Benfeitores (que será realizada na sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, em data e horário a serem definidos pela Presidência)

CÓDIGO	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
2127	1	SERV.	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Afixação de Retrato na Galeria de Benfeitores. Aproximadamente 250 pessoas.

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE SALGADOS E BEBIDAS:



SALGADOS:

- 250 unidades de Crespim de Tomate Seco;
- 350 unidades de Empada de Alho Poró;
- 300 unidades de Palmito Imperial sem Presunto;
- 300 unidades de Coxinha de Frango com Catupiry;
- 250 unidades de Rissole de Milho;
- 300 unidades de Espetinho de Frango;
- 300 unidades de Medalhão de Frango;
- 300 unidades de Kibe.

BEBIDAS:

- 60 litros de refrigerantes sabores cola e guaraná; sendo 20 do tipo diet/light/zero, envasados em garrafa pet de 2 litros, contendo as informações pertinentes ao produto, dados de identificação do fabricante, data de fabricação e validade, conforme legislação em vigor. Marca referência: Coca-Cola e Antártica (equivalente ou melhor qualidade).
- 70 litros de suco natural de laranja (200 copos de 350ml);
- 4 galões de 20 litros de água mineral;
- 7 sacos de gelo em cubos de dose.

Profissionais de apoio: 3 garçons e 2 auxiliares de buffet.

Preço Estimado: R\$ 11.087,50

ITEM 4 – Solenidade de Entrega da Medalha “Benedito Valadares” (que será realizada na sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, em data e horário a serem definidos pela Presidência)

CÓDIGO	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
2128	1	SERV.	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Entrega da Medalha “Benedito Valadares”. Aproximadamente 250 pessoas.

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE SALGADOS E BEBIDAS:



SALGADOS:

- 250 unidades de Crespim de Tomate Seco;
- 350 unidades de Empada de Alho Poró;
- 300 unidades de Palmito Imperial sem Presunto;
- 300 unidades de Coxinha de Frango com Catupiry;
- 250 unidades de Rissole de Milho;
- 300 unidades de Espetinho de Frango;
- 300 unidades de Medalhão de Frango;
- 300 unidades de Kibe.

BEBIDAS:

- 60 litros de refrigerantes sabores cola e guaraná; sendo 20 do tipo diet/light/zero, envasados em garrafa pet de 2 litros, contendo as informações pertinentes ao produto, dados de identificação do fabricante, data de fabricação e validade, conforme legislação em vigor. Marca referência: Coca-Cola e Antártica (equivalente ou melhor qualidade).
- 70 litros de suco natural de laranja (200 copos de 350ml);
- 4 galões de 20 litros de água mineral;
- 7 sacos de gelo em cubos de dose.

Profissionais de apoio: 4 garçons e 4 auxiliares de buffet.

Preço Estimado: R\$ 11.087,50

ITEM 5 – Outras Solenidades/Eventos que talvez ocorram na Câmara

CÓDIGO	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
2129	3	SERV.	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para outros eventos que talvez ocorram na Câmara. Aproximadamente 200 pessoas.

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE SALGADOS E BEBIDAS:



SALGADOS:

- 250 unidades de Crespim de Tomate Seco;
- 250 unidades de Empada de Alho Poró;
- 250 unidades de Empada de Frango;
- 250 unidades de Palmito Imperial sem Presunto;
- 250 unidades de Coxinha de Frango com Catupiry;
- 200 unidades de Rissole de Milho;
- 250 unidades de Espetinho de Frango;
- 250 unidades de Medalhão de Frango;
- 250 unidades de Kibe.

BEBIDAS:

- 100 litros de refrigerantes sabores cola e guaraná; sendo 10 do tipo diet/light/zero, envasados em garrafa pet de 2 litros, contendo as informações pertinentes ao produto, dados de identificação do fabricante, data de fabricação e validade, conforme legislação em vigor. Marca referência: Coca-Cola e Antártica (equivalente ou melhor qualidade).
- 87,5 litros de suco natural de laranja (250 copos de 350ml);
- 2 galões de 20 litros de água mineral;
- 10 sacos de gelo em cubos de dose.

Profissionais de apoio: 2 garçons e 2 auxiliares de buffet.

Preço Estimado Unitário: R\$ 8.360,00

Preço Estimado Total: R\$ 25.080,00

Valor total estimado da contratação: R\$ 109.691,25 (cento e nove mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos).

Natureza do objeto:

1.1. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Ato da Mesa Diretora nº 05/2023 no âmbito da Câmara Municipal de Pará de Minas.

Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação da contratação

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de **1 (um) ano**, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP (art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/23), podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/21.

1.3.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, os quantitativos iniciais registrados poderão ser renovados.

Da legislação aplicável:

1.4. Para a presente contratação serão observados os ditames da Lei nº 14.133/21, bem como o Decreto Federal nº 11.462/2023, no que couber, conforme permite o art. 187 da Lei nº 14.133/2021, a Instrução Normativa 73/2021, o Ato da Mesa Diretora nº 01/2024 e a Instrução Normativa nº 01/2019 da Câmara Municipal de Pará de Minas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nas cláusulas 4 e 5 dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. Da ausência de elaboração do Plano Anual de Contratação

A Câmara Municipal de Pará de Minas, até o final do ano de 2023, aplicava a Lei 8.666/93 e a Lei do Pregão (10.520/02), uma vez que a Medida Provisória nº 1.167/2023 e, após encerrada sua vigência, a Lei Complementar nº 198/2023, prorrogaram a vigência do antigo regramento de licitação até 30/12/2023 (art. 193, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

O novel diploma normativo, trouxe dentre outros princípios, o Planejamento, sendo que a administração deve prever as ações futuras de modo a adotar as providências mais adequadas e satisfatórias para a finalidade pretendida. Embora seja providência de boa prática administrativa, sua adoção continua sendo **facultativa** aos entes públicos, conforme dispõe o artigo 12, VII da Lei 14.133/21:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

*VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo **poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual**, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento*

estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. Grifamos.

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, **sempre que elaborado**, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

A Câmara Municipal de Pará de Minas não possui um **Plano de Contratação Anual (PCA)** consolidado para o exercício de 2024. No entanto, já foi elaborado o PCA para o exercício de 2025, no qual está prevista a contratação de número **47/2025**, referente ao presente objeto.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada na **cláusula 7** dos Estudos Técnicos Preliminares (**Anexo II**).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Indicação de marcas e modelos:

4.1. Na presente contratação não há indicação de marca ou modelo, **exceto em como “marca-referência” em relação aos refrigerantes, conforme permite o art. 41, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.**

Subcontratação:

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Vistoria:

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços:

Sustentabilidade:

4.4. É necessário que a empresa contratada atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores quanto à sua finalidade, em especial à Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, e tenha cuidado no descarte dos resíduos a fim de evitar poluição.

Garantia da Contratação:

4.5. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

4.6. Da vedação da participação de empresas em consórcio:

A vedação de consórcios simplifica o processo licitatório, reduzindo a quantidade de documentação exigida e facilitando a análise das propostas pelas empresas. Essa medida torna o processo mais célere, eficiente e transparente, otimizando o uso dos recursos públicos.

A contratação de uma única empresa para a prestação dos serviços de buffet concentra a responsabilidade pela qualidade dos serviços, facilitando a fiscalização e a aplicação de sanções em caso de inadimplência. Isso evita a necessidade de lidar com diferentes empresas consorciadas e suas respectivas responsabilidades, garantindo maior controle sobre a execução dos serviços e protegendo os interesses da Câmara Municipal de Pará de Minas.

Além disso, a admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração.

Por fim, a contratação de uma única empresa facilita a padronização dos serviços e a implementação de boas práticas de qualidade. A empresa contratada terá um conhecimento aprofundado dos equipamentos e poderá oferecer um serviço mais homogêneo e com menor índice de falhas.

Conclui-se que a vedação à participação de empresas em consórcio nesta é vantajosa uma vez que promove a competitividade, simplifica a gestão contratual, aumenta o controle e a responsabilidade, otimiza o processo licitatório, protege a livre concorrência, garante melhores preços e contribui para a padronização e qualidade dos serviços.

Registro de Preços:

4.7. A prestação dos serviços de buffet ocorre eventualmente, e o quantitativo solicitado é mera expectativa. Assim sendo, a melhor forma de realizar a presente contratação é por meio de Registro de Preços, uma vez que o SRP permite que seja estipulada uma estimativa que atenda às necessidades da Câmara Municipal de Pará de Minas sem gerar obrigatoriedade de contratação futura, garante preços competitivos e adaptação às variações de mercado, assegurando uma gestão racional dos recursos públicos ao longo da vigência da Ata.

4.8. Não será permitido o fornecimento de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto na tabela especificada acima.

4.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Câmara a contratar.

4.10. Dispensou-se o procedimento público de Intenção de Registro de Preços por se tratar de contratação de pequeno vulto. Outro motivo para a dispensa da IRP é a defasagem do quadro de pessoal do órgão, o que atrasou diversos processos e sobrecarregou o setor, resultando no vencimento de vários contratos que deveriam ter sido licitados anteriormente. A precariedade da estrutura do órgão dificulta a gestão de um alto volume de contratações dos potenciais partícipes. Essa decisão visa agilizar o processo e evitar complicações administrativas, garantindo a prestação de serviços necessária dentro do prazo.

4.11. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços, pois conforme supracitado, o órgão, no momento, se encontra com o quadro de servidores defasado, o que pode gerar atrasos na análise dos pedidos de adesão de outros órgãos e prejudicar o funcionamento dos trabalhos no setor.

Justificativa pela não utilização do catálogo eletrônico de padronização:

4.12. Até o presente momento, a Câmara Municipal não possui catálogo próprio. Assim sendo, conforme autoriza o art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adota-se o catálogo do Poder Executivo Federal. A Portaria SEGES/ME nº 938/2022 instituiu, no âmbito do Poder Executivo Federal, o catálogo eletrônico de padronização, o qual recomenda-se consultar para verificar se a contratação almejada está contemplada em seus termos. Existindo padronização aprovada, ela deve ser considerada e eventual não-uso justificado, nos termos do §2º do art. 19 da Lei nº 14.133/2021. Em consulta ao link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>, onde é possível consultar o catálogo eletrônico de padronização do governo federal, não foi encontrado o objeto desta contratação. Verifica-se que, até o momento, foi disponibilizado para consulta apenas os itens água mineral natural sem gás, café e açúcar.

Limitação da Área de Localização da Empresa:

4.13. Conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar, considerando as especificidades da contratação de serviços de buffet, como a necessidade de garantir a entrega imediata de alimentos e bebidas nas condições ideais de temperatura e frescor, e a vedação à subcontratação, torna-se imprescindível que a empresa contratada possua sede ou filial no Município de Pará de Minas. A proximidade geográfica visa assegurar a eficiência na prestação dos serviços, garantindo que os produtos cheguem ao local do evento de maneira rápida e segura, minimizando os riscos de deterioração durante o transporte e atendendo às normas sanitárias vigentes. Essa exigência também é justificada pela falta de estrutura de preparo no local dos eventos, o que reforça a necessidade de que os alimentos sejam entregues prontos para consumo, diretamente da sede ou filial localizada no município. A limitação da área de localização da empresa contratada é, portanto, essencial para assegurar a qualidade e segurança alimentar, permitindo a pronta-resposta a quaisquer necessidades emergenciais que possam surgir, preservando a integridade dos serviços e o cumprimento dos requisitos técnicos estabelecidos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO:

Prazo, forma e local:

5.1. O fiscal do Contrato/Ata encaminhará a Autorização de Fornecimento à Contratada com antecedência mínima de **5 (cinco) dias**, constando data e hora para o serviço ser prestado.

5.1.1. Havendo cancelamento do evento ou alteração em datas e/ou horários pré-estabelecidos, a Contratante deverá avisar a Contratada com antecedência de **24 (vinte e quatro) horas**, via ligação e e-mail para que se registre.

5.2. O serviço será prestado de acordo com a necessidade do órgão (em conformidade com o evento), nas dependências da Câmara Municipal de Pará de Minas, situada na Avenida Presidente Vargas, 1935, Bairro Senador Valadares, Pará de Minas/MG, ou em outro local dentro do município a ser informando na solicitação de fornecimento.

5.3. A Contratada deverá chegar ao local onde o serviço será prestado com antecedência de, no mínimo, **03 (três) horas** do horário estipulado pela Câmara para início da solenidade/evento.

5.4. A contratada **não** poderá alterar as especificações dos serviços prestados e produtos fornecidos, **salvo motivo de força maior ou caso fortuito e mediante solicitação prévia à Câmara**, que irá avaliar e, desde que não haja impacto no preço, nas características, na qualidade e na pontualidade do fornecimento, poderá, a seu critério, autorizar a alteração solicitada.

5.5. Estará caracterizado o compromisso de entrega do objeto mediante a retirada de cada Autorização de Fornecimento ou recebimento por via eletrônica, exclusivamente sobre o conteúdo nela disposto.

5.6. Todos os produtos deverão ter sua qualidade garantida e serem transportados em veículos adequados e higienizados, estando em acordo com as normas de vigilância sanitária vigentes, tanto em sua fabricação quanto no transporte.

5.6.1. Os salgados deverão ser **produzidos no dia do evento** – não sendo admitido pela Câmara o fornecimento de produtos feitos com prazo superior ao estipulado, o que, ocorrendo, será causa de não recebimento, podendo incorrer nas sanções previstas em Lei.

5.6.2. Os salgados deverão ser de **fabricação própria** da licitante vencedora, não sendo permitido a aquisição destes em supermercados e afins.

5.6.3. Os produtos deverão ser preparados utilizando-se **matéria-prima e insumos de primeira qualidade**, mantendo-se o controle de qualidade e absoluta higiene no preparo, manipulação, armazenamento e transporte dos alimentos.

5.6.4. Deverá ser disponibilizado guardanapos aos convidados.

5.6.5. As bebidas deverão ser servidas geladas em copos ou taças de vidro com capacidade aproximada de 250 ml, os salgados em pratos de porcelana, e os talheres deverão ser de material metálico, todos fornecidos pela Contratada. Além disso, a Contratada deverá disponibilizar todos os demais materiais indispensáveis para a prestação do serviço, como bandejas para garçons e utensílios de cozinha.

5.7. As quantidades previstas são **estimativas máximas** para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se à Câmara Municipal o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou até mesmo abster-se de adquirir quaisquer serviços especificado nos itens.

5.8. Os preços ajustados já levam em conta **todas e quaisquer despesas incidentes na prestação do serviço**, tais como tributos, mão-de-obra, transporte, frete, equipamentos e ferramentas que se fizerem necessários, entre outros.

5.9. Os serviços prestados deverão respeitar as discriminações contidas neste Termo de Referência e estar em conformidade com as normas legais e técnicas pertinentes ao objeto.

5.10. A Câmara não receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

Garantia dos serviços

5.11. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), ou, se superior, a garantia ofertada pela Contratada.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre Câmara e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá como responsáveis:

6.3.1. GESTOR DO CONTRATO: José Carlos Moreira Júnior - Chefe da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, conforme art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023.

6.3.2. FISCAL DO CONTRATO: Marilva Keesen Greco – Chefe da Divisão de Comunicação e Cerimonial, conforme Portaria nº 16/2024.

6.4. Compete ao Gestor do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, a administração do contrato e, nos termos do art. 8º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I.** orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- II.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, caso necessário, em relatório de riscos eventuais;
- IV.** coordenar a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais;
- V.** comunicar ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- VI.** coordenar os atos preparatórios relativos à instrução processual e proceder à formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- VII.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão designada especialmente para esse fim.

6.5. Compete ao Fiscal do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, exercer a verificação concreta do objeto e, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I.** prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências;



- II.** anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III.** emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- IV.** informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- V.** comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- VI.** fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;
- VII.** realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato, nos termos das disposições editalícias e/ou contratuais;
- VIII.** manifestar, quando for o caso, a intenção de renovação ou prorrogação contratual, após a comunicação do gestor sobre o término de contrato sob sua responsabilidade.

6.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Do Recebimento do Objeto:

7.1. O objeto será recebido de forma definitiva imediatamente após o evento, desde que comprovada a adequação aos termos contratuais e conformidade com as especificações e aferição do direito ao pagamento, dispensado o recebimento provisório.

7.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte quando estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta.

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5. O recebimento definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação e do Pagamento

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis** para fins de liquidação e pagamento, prorrogáveis por igual período.

7.7. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Câmara Municipal de Pará de Minas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77, com a descrição clara do objeto do contrato, data da emissão, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis e demais informações necessárias.

7.8. Havendo erro/inconsistência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, não respondendo a Câmara por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

7.9. A contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida durante a vigência do contrato.

7.9.1. Constatada situação de irregularidade fiscal e trabalhista da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento já efetuado, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

7.9.2. O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

7.10. O pagamento será efetuado de acordo com cada Autorização de Fornecimento, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária indicada pela Contratada.

Retenções Tributárias:

7.11. Sobre o valor devido ao contratado, a Câmara efetuará as **retenções tributárias cabíveis**.

7.11.1. Em observância ao Decreto Municipal nº 13.047/2023, **a contratante procederá à retenção do Imposto de Renda ao efetuar o pagamento referente a qualquer bem ou serviço contratado**, conforme disposto na Lei Federal nº 9.430/1996, combinada com o teor da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, de acordo com as alíquotas estabelecidas nestes normativos.

7.11.1.1. O valor bruto da contratação e os valores de Imposto de Renda a serem retidos na operação **deverão ser informados** nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança que contenham códigos de barras, sob pena de devolução do documento para correção.

7.11.1.2. O pagamento será efetuado pela contratante pelo valor deduzido da respectiva retenção.

7.11.2. Caso a contratada esteja enquadrada dentre as hipóteses em que não haverá retenção, previstas no art. 4º da **Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal**, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

7.12. No caso de eventual atraso de pagamento pela Contratante, e mediante pedido da Contratada, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

7.13. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Exigência de Habilitação:

8.2. A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e a qualificação econômico-financeira será definida no Edital.

8.3. Será exigida como qualificação técnica o Certificado de Licença Sanitária concedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

9. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

9.1. Obrigações da Contratada:

9.1.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do Contrato;

9.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela contratante, em estrita observância às especificações contidas neste Termo e no Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

9.1.3. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

9.1.5. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Câmara ou a terceiros;

9.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

9.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.8. Dispor de empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do Contrato sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar o correto fornecimento do produto;

9.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;



9.1.11. Indicar, logo após a assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um funcionário com plenos poderes para representá-la, assim como para decidir acerca de questões relativas ao contrato, bem como para atender aos chamados do gestor e do fiscal de contrato da Câmara, principalmente em situações de urgência, com base em contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

9.1.12. Fornecer números telefônicos, e-mail e/ou outros meios igualmente eficazes para contato do gestor/fiscal de contrato da Câmara com a Contratada, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;

9.1.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

9.1.14. Providenciar, de imediato, a correção das deficiências apontadas pelo gestor/fiscal de contrato da Câmara com respeito à execução do objeto;

9.1.15. Providenciar a imediata troca do objeto que apresentar defeito/vício dentro do prazo da garantia legal ou, se superior, da garantia fornecida pelo Contratado, às suas expensas, de acordo com prazo fixado;

9.1.16. Indenizar a Câmara por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

9.1.17. Cumprir os prazos previstos no contrato/instrumento equivalente ou outros que venham a ser fixados pela Câmara.

9.1.18. Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

9.1.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

9.1.20. Fornecer os salgados íntegros, sem amassados, rachaduras e qualquer outro tipo de avaria, sob pena de não recebimento, aplicação de sanções, inclusive rescisão contratual.

9.2. Obrigações da Contratante:



- 9.2.1.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações contidas neste Termo e no Contrato, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
- 9.2.2.** Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;
- 9.2.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos Contratada em relação ao objeto do Contrato;
- 9.2.4.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.2.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada
- 9.2.6.** Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência;
- 9.2.7.** Proporcionar acesso e movimentação do pessoal contratado às suas instalações;
- 9.2.8.** Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato, se não abordadas no Termo de Referência;
- 9.2.9.** Verificar a regularidade fiscal e proceder às consultas e emissões de certidões de que trata §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 antes da formalização do contrato ou prorrogação de sua vigência;
- 9.2.10.** Verificar a regularidade fiscal e recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar cada pagamento;
- 9.2.11.** Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.
- 9.2.12.** Verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas **antes** de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato;
- 9.2.13.** Emitir, de forma explícita, no prazo de até **1 (um) mês**, contado da data do protocolo, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente

impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021;

9.2.14. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.

10. SANÇÕES APLICÁVEIS:

10.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes deste Termo de Referência poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/21 ao contratado, nos termos de cláusula prevista no contrato ou instrumento equivalente.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Do preço estimado:

11.1. Em cumprimento ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea i da Lei 14.133/2021, o custo total estimado da contratação, acompanhado dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos constam do Documento de Formalização da Pesquisa de Preço, anexo I deste Termo de Referência.

Da pesquisa de preços no mercado:

11.2. Para a realização da pesquisa de preços, foram utilizados os parâmetros estabelecidos no §1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/21, bem como a Instrução Normativa nº 01/2019 da Câmara Municipal de Pará de Minas.

Do critério de aceitabilidade de preços:

11.3. O preço estimado, corresponde ao **máximo** que a Câmara se dispõe a pagar, de forma que propostas com valores superiores serão desclassificadas.

Da alteração ou atualização dos preços registrado:

11.4. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações, nos termos do art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023:

11.6.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.6.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.6.3. Conforme previsão no edital de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

01.009.01.031.1.4017 – COMEMORAÇÕES CÍVICAS, FESTIVIDADES, SOLENIDADES, HOMENAGENS, CERIMONIAL, EVENTOS PÚBLICOS.

Elemento / Ficha

33.90.39.00.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Subelemento:

3.3.90.39.20 – Festividades e Homenagens

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Pará de Minas, 11 de outubro de 2024.

Marilva Keesen Greco
Divisão de Comunicação e Cerimonial

ANEXO I- A – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇO

Processo Licitatório nº 48/2024

Pregão (Eletrônico) nº 14/2024

Registro de preços nº 09/2024

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de buffet, para fornecimento de coquetel nas solenidades e eventos promovidos pela Câmara Municipal de Pará de Minas.

2. PARÂMETROS CONSULTADOS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros previstos no §1º do artigo 23 da Lei 14.133/21, mais especificamente nos incisos II e IV, senão vejamos:

QUADRO DE COTAÇÃO COM FORNECEDORES

Fornecedor	Apresentou resposta	Justificativa escolha
Romilda Aparecida Batista (romildabuffet@gmail.com)	Sim	Empresa atuante no comércio local.
Giovane Buffet (giovanebuffet@outlook.com)	Não	Empresa atuante no comércio local.
Ana Lúcia Buffet (vadriana@gmail.com)	Não	Empresa atuante no comércio local.
Lorena Buffet (lorenabuffet@hotmail.com)	Sim	Empresa atuante no comércio local.

2.2. Ressalta-se que foram utilizados alguns orçamentos constantes do processo nº 27/2024, uma vez que estão dentro do prazo de validade previsto no artigo 23 da Lei 14.133/21.

2.3. Na pesquisa de preços, foram incluídas solicitações de propostas enviadas a diversas empresas locais. Destaca-se que a pesquisa foi limitada ao âmbito local, devido à exigência de que a



empresa esteja sediada na cidade, em razão de critérios sanitários previamente justificados no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência.

2.4. No orçamento, também foi realizada busca no sistema de banco de preços públicos, sendo localizada contratações similares cujos valores são contratados por pessoa. Desta forma, foi realizada operação matemática para se chegar o valor similar da contratação, conforme será representado no quadro abaixo.

2.5. Ressalta-se, ainda, que, devido às particularidades dos eventos de posse, foi considerada contratação semelhante realizada em situações análogas, como as posses da Câmara Municipal de Miracema. Essas duas contratações adicionais foram utilizadas como referência exclusivamente para o item 01, uma vez que não foram contempladas nas demais cotações.

3. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
1	1	SV	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Posse da Legislatura 2025-2028
			Aproximadamente 1.000 pessoas.
PESQUISA DE PREÇO			
EMPRESA			VALOR
Lorena Buffet			R\$ 56.640,00
CONTRATAÇÕES SIMILARES			VALOR
Município de Itabira			R\$ 47.950,00
Consórcio Intermunicipal Vale do Piranga			R\$ 62.960,00
Ministério da Educação			R\$ 50.500,00
Ministério Público da União			R\$ 39.980,00
Ministério dos Transportes			R\$ 40.750,00
Conselho Reg. Dos Representantes Comerciais			R\$ 50.000,00
Governo do Estado de Rondônia			R\$ 36.370,00
Depto. Nac. de Infraestrutura de Transportes			R\$ 32.990,00
Miracema Câmara Municipal			R\$ 51.000,00

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
2	1	SV	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Entrega dos Títulos de Cidadania e Entrega de Diplomas de Honra ao Mérito.



Aproximadamente 350 pessoas.			
PESQUISA DE PREÇO			
EMPRESA		VALOR	
Lorena Buffet		R\$ 19.342,50	
Romilda Aparecida Batista		R\$ 8.750,00	
CONTRATAÇÕES SIMILARES		VALOR	
Município de Itabira		R\$ 16.782,50	
Consórcio Intermunicipal Vale do Piranga		R\$ 22.036,00	
Ministério da Educação		R\$ 17.675,00	
Ministério Público da União		R\$ 13.993,00	
Ministério dos Transportes		R\$ 14.262,50	
Conselho Reg. Dos Representantes Comerciais		R\$ 17.500,00	
Governo do Estado de Rondônia		R\$ 12.729,50	
Depto. Nac. de Infraestrutura de Transportes		R\$ 11.546,50	

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
3	1	SV	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Afixação de Retrato na Galeria de Benfeitores.
Aproximadamente 250 pessoas.			
PESQUISA DE PREÇO			
EMPRESA		VALOR	
Lorena Buffet		R\$ 13.030,00	
ROMILDA APARECIDA BATISTA		R\$ 5.800,00	
CONTRATAÇÕES SIMILARES		VALOR	
Município de Itabira		R\$ 11.987,50	
Consórcio Intermunicipal Vale do Piranga		R\$ 15.740,00	
Ministério da Educação		R\$ 12.625,00	
Ministério Público da União		R\$ 9.995,00	
Ministério dos Transportes		R\$ 10.187,50	
Conselho Reg. Dos Representantes Comerciais		R\$ 12.500,00	
Governo do Estado de Rondônia		R\$ 9.092,50	
Depto. Nac. de Infraestrutura de Transportes		R\$ 8.247,50	



ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
4	1	SV	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Entrega da Medalha “Benedito Valadares”. Aproximadamente 250 pessoas.
PESQUISA DE PREÇO			
EMPRESA			VALOR
Lorena Buffet			R\$ 14.980,00
Romilda Aparecida Batista			R\$ 6.500,00
CONTRATAÇÕES SIMILARES			VALOR
Município de Itabira			R\$ 11.987,50
Consórcio Intermunicipal Vale do Piranga			R\$ 15.740,00
Ministério da Educação			R\$ 12.625,00
Ministério Público da União			R\$ 9.995,00
Ministério dos Transportes			R\$ 10.187,50
Conselho Reg. Dos Representantes Comerciais			R\$ 12.500,00
Governo do Estado de Rondônia			R\$ 9.092,50
Depto. Nac. de Infraestrutura de Transportes			R\$ 8.247,50

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
5	3	SV	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Eventuais Solenidades/Eventos que possam ocorrer na Câmara Municipal de Pará de Minas. Aproximadamente 200 pessoas
PESQUISA DE PREÇO			
EMPRESA		VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
Lorena Buffet		R\$ 13.500,00	R\$ 40.500,00
ROMILDA APARECIDA BATISTA		R\$ 6.100,00	R\$ 18.300,00
CONTRATAÇÕES SIMILARES		VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
Município de Itabira		R\$ 9.590,00	R\$ 28.770,00
Consórcio Intermunicipal Vale do Piranga		R\$ 12.592,00	R\$ 37.776,00
Ministério da Educação		R\$ 10.100,00	R\$ 30.300,00



Ministério Público da União	R\$ 7.996,00	R\$ 23.988,00
Ministério dos Transportes	R\$ 8.150,00	R\$ 24.450,00
Conselho Reg. Dos Representantes Comerciais	R\$ 10.000,00	R\$ 30.000,00
Governo do Estado de Rondônia	R\$ 7.274,00	R\$ 21.822,00
Depto. Nac. de Infraestrutura de Transportes	R\$ 6.598,00	R\$ 19.794,00
Miracema Câmara Municipal	R\$8.360,00	R\$ 25.080,00

- 3.1. Para a coleta de preços foram realizadas cotações diretamente com fornecedores e busca banco de contratações, conforme determina o artigo 23 da Lei 14.133.
- 3.2. Diante da especificidade de alguns itens, foi utilizada contratações similares de outros órgãos públicos, uma vez que não seria possível localizar contratação idêntica. Para tanto, buscou contratações com a maior similaridade possível com a presente.
- 3.3. Ressalta-se que em pesquisa à internet, não possível encontrar valores para subsidiar a presente cotação.

4. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

- 4.1. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 20 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019, da Câmara Municipal de Pará de Minas ,estabelece que: **§1º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros previstos nesta IN, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.**
- 4.2. A definição do método para estabelecer o preço de referência para a aquisição/contratação é tarefa discricionária do gestor público.
- 4.3. A média é a soma de todas as medições divididas pelo número de observações no conjunto de dados. Em razão de ser suscetível aos valores extremos, a média normalmente é utilizada quando os dados estão dispostos de forma homogênea.
- 4.4. A mediana é o valor do meio que separa a metade maior da metade menor no conjunto de dados. Menos influenciada por valores muito altos ou muito baixos, a mediana pode ser adotada nos casos em que os dados são apresentados de forma mais heterogênea e com um número pequeno que foge ao padrão.



4.5. Na análise, constatou-se uma heterogeneidade nos preços coletados para os itens 2, 3 4 e 5 uma vez que o coeficiente de variação foi superior a 25%, o que justifica a aplicação da mediana como metodologia. No entanto, para o item 1, verificou-se uma maior homogeneidade nos preços, permitindo a aplicação da média como método de cálculo. Segue a análise detalhada:

ESTIMATIVA DE PREÇO			Coleta/Mercado		VALORES UNITÁRIOS		Total	
ITEM	UNIDADE	Especificação Item	Desvio padrao	Coef.Variação	Mediana	Media	Estimado	
1	1	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Posse Legislativa 2025/2028. Aproximadamente 1.000 pessoas	R\$ 9.329,46	19,89%	R\$ 48.975,00	R\$ 46.914,00	R\$ 46.914,00	
2	1	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Entrega dos Títulos de Cidadania e Entrega de Diplomas de Honra ao Mérito. Aproximadamente 350 pessoas	R\$ 3.951,33	25,56%	R\$ 15.522,25	R\$ 15.461,70	R\$ 15.522,25	
3	1	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Afixação de Retrato na Galeria de Benfeitores. Aproximadamente 250 pessoas.	R\$ 2.834,63	25,96%	R\$ 11.087,50	R\$ 10.920,50	R\$ 11.087,50	
4	1	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Entrega da Medalha "Benedito Valadares". Aproximadamente 250 pessoas.	R\$ 2.924,32	26,14%	R\$ 11.087,50	R\$ 11.185,50	R\$ 11.087,50	
5	3	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Eventuais Solenidades/Eventos que possam ocorrer na Câmara Municipal de Pará de Minas. Aproximadamente 200 pessoas	R\$ 2.342,33	25,70%	R\$ 8.360,00	R\$ 9.114,55	R\$ 25.080,00	
							TOTAL GERAL	R\$ 109.691,25

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. Com base na pesquisa de preços apresentada anteriormente, com a devida identificação dos preços unitários referenciais, **estima-se o valor total da contratação em R\$ 109.691,25 (cento e nove mil seiscientos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos).**

5.2. Destaca-se que o arquivo em formato Excel, contendo as fórmulas, memórias de cálculo e demais documentos de suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e seus respectivos cálculos, será publicado no site oficial da Câmara Municipal de Pará de Minas (<https://www.parademinas.mg.leg.br/?op=licitacoes>). Ressalta-se também que toda a documentação está disponível no processo físico, localizado no setor competente.

6. DAS CONSIDERAÇÃO FINAIS

6.1. Diante da apuração do preço estimado para a contratação, encaminha-se os autos para disponibilidade financeira.

Pará de Minas, 21 de outubro de 2024.

José Carlos Moreira Júnior
Divisão de Compras e Gestão de Contratos

Priscila Campos Álvares
Analista de Compras e Contratos

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Licitatório nº 48/2024

Pregão (Eletrônico) nº 14/2024

Registro de preços nº 09/2024

1. INTRODUÇÃO:

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1.1. ÁREA REQUISITANTE:

Identificação da Área requisitante	Nome do responsável
Divisão de Comunicação e Cerimonial	Marilva Keesen Greco

1.2. OBJETO:

Contratação de empresa para fornecimento de coquetel nas solenidades e eventos promovidos pela Câmara Municipal de Pará de Minas.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A Câmara Municipal de Pará de Minas, reconhecendo a importância de suas solenidades e eventos institucionais, mantém uma agenda anual elaborada pelo seu Cerimonial. Esses eventos representam ocasiões singulares, onde a instituição se destaca e reforça sua imagem, diante de seu público, tanto interno quanto externo, com mais formalidade e seriedade. Dada a relevância dessas cerimônias, é fundamental garantir um acolhimento impecável aos convidados. Para isso, é imprescindível a presente contratação com a finalidade de assegurar um atendimento de alta qualidade, condizente com a importância e o prestígio dessas ocasiões.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL:

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a



indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
(inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A Câmara Municipal de Pará de Minas, até o final do ano de 2023, aplicava a Lei 8.666/93 e a Lei do Pregão (10.520/02), uma vez que a Medida Provisória nº 1.167/2023 e, após encerrada sua vigência, a Lei Complementar nº 198/2023, prorrogaram a vigência do antigo regramento de licitação até 30/12/2023 (art. 193, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

O novel diploma normativo, trouxe dentre outros princípios, o Planejamento, sendo que a administração deve prever as ações futuras de modo a adotar as providências mais adequadas e satisfatórias para a finalidade pretendida. Embora seja providência de boa prática administrativa, sua adoção continua sendo **facultativa** aos entes públicos, conforme dispõe o artigo 12, VII da Lei 14.133/21:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

*VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo **poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual**, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. Grifamos.*

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, **sempre que elaborado**, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

Até o momento, a Câmara Municipal de Pará de Minas não possui um **Plano de Contratação Anual (PCA)** consolidado para o exercício de 2024. No entanto, já foi elaborado o PCA para o exercício de 2025, no qual está prevista a contratação de número 47/2025, sob o título "**Contratação serviço de Buffet**". Esta previsão demonstra o compromisso da Câmara com a implementação de medidas eficazes de segurança eletrônica para os próximos exercícios.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Para o problema indicado acima ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:



- 4.1. Natureza dos Serviços:** O serviço de buffet a ser contratado é classificado como serviço comum, conforme os padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/21. Os serviços abrangem o fornecimento de alimentos, bebidas e o suporte logístico de equipe, garantindo o bom andamento dos eventos.
- 4.2. Continuidade do Serviço:** O serviço de buffet possui natureza pontual, não se caracterizando como uma necessidade contínua ou ininterrupta. Sua execução está vinculada a eventos específicos e previamente agendados, sendo realizado de forma eventual conforme a demanda.
- 4.3. Localização da Empresa Contratada:** Para garantir a entrega eficiente e segura dos alimentos e bebidas, a empresa contratada deverá estar localizada no município de Pará de Minas. Esta exigência visa assegurar que os produtos cheguem em perfeitas condições de consumo, respeitando os padrões sanitários de temperatura e manuseio adequados. A proximidade geográfica minimiza os riscos de contaminação, preserva a qualidade dos alimentos (mantendo-os quentes ou refrigerados conforme necessário) e assegura a segurança alimentar durante o transporte até o local do evento. Empresas de outras localidades deverão ser desclassificadas.
- 4.4. Equipe de Apoio e Qualificação Profissional:** A empresa contratada deverá fornecer uma equipe composta por garçons e auxiliares de buffet, todos devidamente uniformizados e treinados. Os garçons serão responsáveis pelo serviço direto aos convidados, enquanto os auxiliares de buffet organizarão as bandejas, alimentos e bebidas, garantindo que estejam disponíveis de maneira eficiente e sem interrupções.
- 4.5. Materiais e Equipamentos:** A empresa deverá fornecer, em regime de comodato, todos os materiais necessários à execução dos serviços, como guardanapos, bandejas, copos de vidro, pratos de porcelana, talheres, travessas, jarras de vidro e toalhas de mesa na cor branca. Estes itens deverão estar em perfeitas condições de uso no dia do evento.
- 4.6. Padrão de Qualidade dos Alimentos e Bebidas:** Os alimentos servidos deverão estar em conformidade com os padrões de qualidade exigidos. Os salgados devem possuir tamanho padronizado, estar no ponto correto (sem excesso de gordura, queimados ou crus), e os recheios devem ser equilibrados, sem estarem secos ou demasiadamente úmidos. Além disso, todos os salgados deverão ser de fabricação própria e preparados no dia do evento, sendo vedada a entrega de produtos congelados.
- 4.7. Pontualidade e Preparação Antecipada:** O serviço de buffet deverá ser organizado de maneira que as mesas estejam prontas e os alimentos preparados com **antecedência mínima** de 30 minutos antes do término previsto do evento. Embora a alimentação seja



geralmente servida após o encerramento das atividades formais, a preparação antecipada é essencial para garantir que as bebidas e alimentos se mantenham na temperatura adequada, preservando a qualidade.

4.8. Conformidade com Normas e Regulamentações: A prestação do serviço deverá observar todas as normas técnicas e regulamentações sanitárias aplicáveis. A empresa contratada será responsável por garantir que os alimentos estejam dentro dos padrões de segurança alimentar, evitando qualquer risco à saúde dos participantes.

4.9. Qualificação Técnica: A qualificação técnica da empresa contratada é essencial para garantir a qualidade e segurança na prestação dos serviços de buffet. Desta forma, a qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme art. 67, inciso IV da Lei 14.133/21:

4.9.1. Certificado de Licença Sanitária, concedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou **Municipal**, comprovando que a empresa atende aos requisitos de segurança alimentar e está apta a fornecer alimentos e bebidas em conformidade com as normas sanitárias vigentes. (TCE-MG - DEN: 932820, Relator: CONS. SUBST. HAMILTON COELHO, Data de Julgamento: 19/02/2019, Data de Publicação: 20/03/2019).

4.10. Critério de Julgamento: O critério de julgamento para a contratação será o **menor preço por item**, desde que a empresa atenda a todas as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, assegurando a competitividade e a obtenção de propostas vantajosas para a administração pública.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala. (Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Nas tabelas a seguir estão detalhadas as especificações do objeto com os devidos quantitativos:

ITEM 1 – Solenidade de Posse da Legislatura 2025-2028 (a solenidade acontecerá no dia 1º de janeiro de 2025, em local e horário ainda a serem definidos)			
CÓDIGO	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO



2125	1	SERV.	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Posse da Legislatura 2025-2028. Aproximadamente 1.000 pessoas.
------	---	-------	--

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE SALGADOS E BEBIDAS:

SALGADOS:

- 1000 unidades de Rolé de Palmito e Presunto;
- 1000 unidades de Supremo de Frango;
- 1000 unidades de Canapés de Banana;
- 1000 unidades de Barquete de Salpicão;
- 1000 unidades de Tartelete de Frango com Abacaxi;
- 1000 unidades de Tartelete de Salmão;
- 1000 unidades de Quiche de Frutos do Mar;
- 1000 unidades de Quiche de Bacalhau com Palmito;
- 1000 unidades de Espetinho de Filé Mignon com pimenta biquinho;
- 1000 unidades de Massa Folhada de Alho Poró com Peito de Peru.

BEBIDAS:

- 300 litros de refrigerantes sabores cola e guaraná; sendo 100 do tipo diet/light/zero, envasados em garrafa pet de 2 litros, contendo as informações pertinentes ao produto, dados de identificação do fabricante, data de fabricação e validade, conforme legislação em vigor. Marca referência: Coca-Cola e Antártica (equivalente ou melhor qualidade).
- 300 litros de suco natural de laranja (1.000 copos de 300ml);
- 12 galões de 20 litros de água mineral;
- 80 sacos de gelo em cubos de dose.

Profissionais de apoio: 8 garçons e 8 auxiliares de buffet

ITEM 2 – Solenidade de Entrega dos Títulos de Cidadania e Diplomas de Honra ao Mérito (a ocorrer dia 20 de setembro de 2025, na sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, em horário a ser definido pela Presidência)

CÓDIGO	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
--------	--------	-------	-----------



2126	1	SERV.	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Entrega dos Títulos de Cidadania e Entrega de Diplomas de Honra ao Mérito. Aproximadamente 350 pessoas.
------	---	-------	--

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE SALGADOS E BEBIDAS:

SALGADOS:

- 650 unidades de Coxinha de Frango com Catupiry;
- 450 unidades de Rissole de Milho;
- 450 unidades de Casulo de Queijo;
- 450 unidades de Palmito Imperial sem Presunto;
- 400 unidades de Empada de Alho Poró;
- 350 unidades de Empada de Frango;
- 450 unidades de Croquete;
- 450 unidades de Kibe;
- 450 unidades de Medalhão de Frango.

BEBIDAS:

- 120 litros de refrigerantes sabores cola e guaraná; sendo 20 do tipo diet/light/zero, envasados em garrafa pet de 2 litros, contendo as informações pertinentes ao produto, dados de identificação do fabricante, data de fabricação e validade, conforme legislação em vigor. Marca referência: Coca-Cola e Antártica (equivalente ou melhor qualidade).
- 105 litros de suco natural de laranja (300 copos de 350ml);
- 5 galões de 20 litros de água mineral;
- 10 sacos de gelo em cubos de dose.

Profissionais de apoio: 4 garçons e 3 auxiliares de buffet.

ITEM 3 – Solenidade de Afixação de Retrato na Galeria de Benfeitores (que será realizada na sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, em data e horário a serem definidos pela Presidência)

CÓDIGO	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
--------	--------	-------	-----------



2127	1	SERV.	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Afixação de Retrato na Galeria de Benfeitores. Aproximadamente 250 pessoas.
DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE SALGADOS E BEBIDAS:			
<p><u>SALGADOS:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• 250 unidades de Crespim de Tomate Seco;• 350 unidades de Empada de Alho Poró;• 300 unidades de Palmito Imperial sem Presunto;• 300 unidades de Coxinha de Frango com Catupiry;• 250 unidades de Rissole de Milho;• 300 unidades de Espetinho de Frango;• 300 unidades de Medalhão de Frango;• 300 unidades de Kibe. <p><u>BEBIDAS:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• 60 litros de refrigerantes sabores <u>cola e guaraná</u>; sendo 20 do tipo <u>diet/light/zero</u>, envasados em garrafa pet de 2 litros, contendo as informações pertinentes ao produto, dados de identificação do fabricante, data de fabricação e validade, conforme legislação em vigor. <u>Marca referência:</u> Coca-Cola e Antártica (equivalente ou melhor qualidade).• 70 litros de suco natural de laranja (200 copos de 350ml);• 4 galões de 20 litros de água mineral;• 7 sacos de gelo em cubos de dose.			
Profissionais de apoio: 3 garçons e 2 auxiliares de buffet.			



ITEM 4 – Solenidade de Entrega da Medalha “Benedito Valadares” (que será realizada na sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, em data e horário a serem definidos pela Presidência)

CÓDIGO	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
2128	1	SERV.	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para a Solenidade de Entrega da Medalha “Benedito Valadares”. Aproximadamente 250 pessoas.

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE SALGADOS E BEBIDAS:

SALGADOS:

- 250 unidades de Crespim de Tomate Seco;
- 350 unidades de Empada de Alho Poró;
- 300 unidades de Palmito Imperial sem Presunto;
- 300 unidades de Coxinha de Frango com Catupiry;
- 250 unidades de Rissole de Milho;
- 300 unidades de Espetinho de Frango;
- 300 unidades de Medalhão de Frango;
- 300 unidades de Kibe.

BEBIDAS:

- 60 litros de refrigerantes sabores cola e guaraná; sendo 20 do tipo diet/light/zero, envasados em garrafa pet de 2 litros, contendo as informações pertinentes ao produto, dados de identificação do fabricante, data de fabricação e validade, conforme legislação em vigor. Marca referência: Coca-Cola e Antártica (equivalente ou melhor qualidade).
- 70 litros de suco natural de laranja (200 copos de 350ml);
- 4 galões de 20 litros de água mineral;
- 7 sacos de gelo em cubos de dose.

Profissionais de apoio: 4 garçons e 4 auxiliares de buffet.



ITEM 5 – Outras Solenidades/Eventos que talvez ocorram na Câmara

CÓDIGO	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
2129	3	SERV.	Prestação de serviço de buffet (coquetel) para outras solenidades/eventos que talvez ocorram na Câmara. Aproximadamente 200 pessoas.

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DE SALGADOS E BEBIDAS:

SALGADOS:

- 250 unidades de Crespim de Tomate Seco;
- 250 unidades de Empada de Alho Poró;
- 250 unidades de Empada de Frango;
- 250 unidades de Palmito Imperial sem Presunto;
- 250 unidades de Coxinha de Frango com Catupiry;
- 200 unidades de Rissole de Milho;
- 250 unidades de Espetinho de Frango;
- 250 unidades de Medalhão de Frango;
- 250 unidades de Kibe.

BEBIDAS:

- 100 litros de refrigerantes sabores cola e guaraná; sendo 10 do tipo diet/light/zero, envasados em garrafa pet de 2 litros, contendo as informações pertinentes ao produto, dados de identificação do fabricante, data de fabricação e validade, conforme legislação em vigor. Marca referência: Coca-Cola e Antártica (equivalente ou melhor qualidade).
- 87,5 litros de suco natural de laranja (250 copos de 350ml);
- 2 galões de 20 litros de água mineral;
- 10 sacos de gelo em cubos de dose.

Profissionais de apoio: 2 garçons e 2 auxiliares de buffet.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Embora o Documento de Formalização de Demanda (DFD) já tenha especificado o objeto da contratação, qual seja, **a contratação de empresa especializada, baseado nas contratações anteriores e nas práticas usuais da Câmara Municipal de Pará de Minas**, foi conduzido um levantamento de mercado para identificar possíveis alternativas à solução inicialmente proposta. Esse estudo visa garantir que a escolha final seja a mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, promovendo a eficiência na utilização dos recursos públicos e atendendo plenamente às necessidades da Câmara.

Destaca-se, inicialmente, que a contratação de buffet é uma prática comum na Administração Pública para atender às demandas de eventos institucionais. Existem diversas empresas qualificadas para prestar esse serviço, e a contratação pode ocorrer de diferentes maneiras, como exemplificado em processos anteriores:

- **Pregão Eletrônico 080/2023**, da Prefeitura Municipal de Santa Luzia - MG: Envolveu a contratação de empresa especializada em organização e execução de eventos, incluindo o fornecimento de mesas, cadeiras, forros, tapetes e ornamentação.
 - **Pregão Eletrônico 004/2023**, da Câmara Municipal de Santarém - PA: Baseou-se no número de participantes para calcular a quantidade de bebidas e alimentos a serem servidos, ajustando as demandas conforme o tamanho do evento.
- Esses exemplos demonstram que a contratação integrada de um serviço de buffet, que inclui alimentos, bebidas e equipe de apoio, é uma solução amplamente adotada na Administração Pública por sua eficiência técnica e econômica.

A seguir, são descritas as **alternativas consideradas** e as justificativas técnicas e econômicas que embasaram a escolha da solução final:

6.1. Alternativa 1: Aquisição Separada de Itens e Contratação Individual de Pessoal

- **Descrição:** Esta alternativa consistiria na aquisição separada de alimentos (salgados e bebidas) e na contratação individual de garçons e auxiliares de buffet, por meio de diferentes processos licitatórios.
- **Análise Técnica e Econômica:**
 - A gestão fragmentada dessa solução exigiria maior esforço administrativo, devido ao número elevado de contratos para itens e serviços distintos.



- A aquisição isolada de alimentos e bebidas poderia dificultar a coordenação entre fornecedores, comprometendo a qualidade final, especialmente no que diz respeito ao cumprimento de prazos e ao controle de temperatura dos alimentos.
- Além disso, o custo total dessa alternativa seria potencialmente mais elevado, já que a contratação individual de garçons e auxiliares de buffet resultaria em contratos separados, aumentando a carga administrativa e os encargos financeiros.
- **Conclusão:** A alternativa foi rejeitada por aumentar a complexidade de gestão e custos, além de não garantir a mesma eficiência que a contratação integrada de um serviço de buffet completo.

6.2. Alternativa 2: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Buffet (Solução Escolhida)

- **Descrição:** Esta alternativa envolve a contratação de uma empresa especializada em serviços de buffet, que inclui o fornecimento de salgados, bebidas, garçons e auxiliares de buffet em um único contrato. A empresa contratada será responsável por todos os aspectos logísticos do serviço, desde o fornecimento dos alimentos até a disponibilização da equipe necessária para garantir a qualidade e pontualidade do atendimento.
- **Análise Técnica e Econômica:**
 - A contratação integrada simplifica a gestão, concentrando todos os itens e serviços relacionados ao buffet em um único contrato, o que otimiza o controle e a fiscalização.
 - Essa solução garante a padronização da qualidade dos alimentos e bebidas, bem como o controle de sua temperatura, devido à proximidade geográfica exigida e à expertise técnica da empresa contratada.
 - Do ponto de vista econômico, essa alternativa oferece um melhor custo-benefício, evitando a fragmentação de contratos e os custos adicionais associados a múltiplos processos licitatórios e contratos separados.
- **Conclusão:** A alternativa de contratação de uma empresa especializada em buffet foi escolhida por ser a mais eficiente técnica e economicamente, garantindo a qualidade, a pontualidade e a conformidade com as necessidades da Câmara Municipal, além de simplificar a gestão contratual.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18º da Lei 14.133/21).

A Câmara Municipal já dispõe de alguns itens essenciais para os eventos, como mobiliários e um contrato à parte com floricultura para a ornamentação do espaço. Dessa forma, a contratação

focará nos serviços de buffet, incluindo alimentos, bebidas e a equipe de apoio, conforme os seguintes aspectos:

7.1.Fornecimento de Alimentos e Bebidas: A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de alimentos e bebidas de acordo com as necessidades de cada evento, conforme os quantitativos e a descrição detalhada presentes no ETP.

7.1.1. Os alimentos deverão ser de fabricação própria, preparados no dia do evento para garantir frescor e qualidade, e servidos nas temperaturas adequadas para consumo, de modo a assegurar que todos os itens sejam servidos nas condições ideais de sabor e segurança alimentar.

7.1.2. As bebidas deverão ser servidas geladas em copos ou taças de vidro com capacidade aproximada de 250 ml; os salgados, em pratos de porcelana; e os talheres deverão ser de material metálico, todos fornecidos pela Contratada.

7.2.Equipe de Apoio: Garçons e Auxiliares de Buffet: A necessidade de uma equipe qualificada para o atendimento durante os eventos envolve dois perfis principais: **garçons** e **auxiliares de buffet**, conforme já ajustado e previsto para cada evento.

7.2.1. Garçons: Serão responsáveis pelo atendimento direto aos convidados, servindo alimentos e bebidas, organizando o fluxo de serviço, e garantindo que todos sejam adequadamente atendidos. Eles desempenham um papel de interação com o público, facilitando o serviço e assegurando que os participantes tenham uma experiência satisfatória.

7.2.2. Auxiliares de Buffet: Estes profissionais são responsáveis por atividades de apoio aos garçons, como a organização das bandejas, reposição de alimentos e bebidas, manutenção da ordem e limpeza do espaço durante o evento. Eles atuam nos bastidores para garantir que o serviço flua de maneira eficiente e sem interrupções.

7.2.3. A combinação dessas duas funções assegura que o serviço de buffet ocorra de maneira coordenada e eficiente, atendendo à demanda dos convidados de forma ágil e organizada.

7.3.Materiais e Equipamentos em Regime de Comodato: A empresa contratada deverá fornecer, em regime de comodato, todos os utensílios necessários à execução do serviço, incluindo louças, talheres, copos, bandejas para garçons, utensílios de cozinha e demais vasilhames. Esses itens deverão estar em perfeitas condições de uso, garantindo que o serviço de buffet seja executado com a qualidade exigida.



7.4.Pontualidade e Preparação Antecipada: O serviço de buffet deverá ser organizado de forma que todas as preparações estejam prontas com antecedência mínima de 30 minutos antes do término previsto das atividades formais do evento. Isso permitirá que os alimentos sejam servidos nas condições ideais de temperatura, preservando a qualidade dos produtos e garantindo que todos os convidados sejam bem atendidos.

7.5.Proximidade Geográfica da Empresa: A empresa contratada deverá estar localizada no município de Pará de Minas. Essa exigência visa garantir a qualidade e segurança alimentar, reduzindo o tempo de transporte e, conseqüentemente, os riscos associados à deterioração dos alimentos e bebidas. A proximidade permite que os produtos cheguem ao local do evento mantendo as condições ideais de temperatura e frescor, preservando as propriedades sensoriais e sanitárias dos alimentos. Além disso, essa medida reduz o risco de contaminação durante o transporte, assegurando a conformidade com as normas de segurança alimentar e proporcionando maior qualidade nos serviços prestados. Empresas de outras localidades deverão ser desclassificadas. Tal medida se faz necessária pelo fato do prédio da Câmara Municipal não dispor de estrutura para preparo dos alimentos.

7.6.Registro de Preços: A escolha do **Registro de Preços** para a contratação de serviços de buffet é justificada pela imprevisibilidade quanto à realização dos eventos. As solenidades são optativas e dependem da decisão da Presidência da Câmara Municipal, e esse procedimento permite maior flexibilidade, evitando a obrigatoriedade de contratar todo o quantitativo estimado. Além disso, o registro de preços possibilita a manutenção do valor fixado ao longo da vigência do contrato, trazendo maior economia e previsibilidade orçamentária.

7.7.Conformidade com Normas Técnicas e Sanitárias: Todos os serviços prestados pela empresa contratada deverão seguir rigorosamente as normas técnicas e regulamentações sanitárias aplicáveis, garantindo a segurança alimentar e a qualidade no atendimento. A empresa será responsável por observar todas as boas práticas de manipulação de alimentos, conforme estabelecido na legislação vigente.

7.8.Critério de Julgamento: A contratação será realizada com base no critério de **menor preço por item**, desde que a empresa atenda a todas as especificações técnicas descritas neste ETP. Esse critério visa garantir a competitividade no processo de licitação e assegurar a melhor proposta para a Câmara Municipal.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo



classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação. (Inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

A estimativa dos valores globais da contratação, com base em pesquisa simplificada de mercado considerando o número de pessoas por evento, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução, escolhida é o seguinte:

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO				
ITEM	FORNECEDOR/ÓRGÃO	VALOR UNITÁRIO	MÉDIA ESTIMADA	VALOR TOTAL
1	Prefeitura Municipal de Itabira – MG (Ata 169/2024)	R\$ 21.577,50	R\$ 25.636,50	R\$ 25.636,50
	CISAMAPI (Ata 012/2024)	R\$ 28.332,00		
	Prefeitura Municipal de Candeias – MG (Processo 62/2023)	R\$ 27.000,00		
2	Prefeitura Municipal de Itabira – MG (Ata 169/2024)	R\$ 16.782,50	R\$ 19.939,50	R\$ 19.939,50
	CISAMAPI (Ata 012/2024)	R\$ 22.036,00		
	Prefeitura Municipal de Candeias – MG (Processo 62/2023)	R\$ 21.000,00		
3	Prefeitura Municipal de Itabira – MG (Ata 169/2024)	R\$ 11.987,50	R\$ 14.242,50	R\$ 14.242,50
	CISAMAPI (Ata 012/2024)	R\$ 15.740,00		
	Prefeitura Municipal de Candeias – MG (Processo 62/2023)	R\$ 15.000,00		
4		R\$ 11.987,50	R\$ 14.242,50	R\$ 14.242,50



	Prefeitura Municipal de Itabira – MG (Ata 169/2024)	R\$ 15.740,00		
	CISAMAPI (Ata 012/2024)	R\$ 15.000,00		
	Prefeitura Municipal de Candeias – MG (Processo 62/2023)			
5	Prefeitura Municipal de Itabira – MG (Ata 169/2024)	R\$ 9.590,00		
	CISAMAPI (Ata 012/2024)	R\$ 12.592,00	R\$ 11.394,00	R\$ 34.182,00
	Prefeitura Municipal de Candeias – MG (Processo 62/2023)	R\$ 12.000,00		
TOTAL ESTIMADO			R\$ 108.243,00	

O real valor da estimado da contratação constará no termo de referência, onde constará os cálculos e critérios para a estimativa.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativa para o parcelamento ou não da solução. (Inciso VIII do § 1º do art. 18º da Lei 14.133/21).

Neste caso, a solução não será parcelada em vários processos licitatórios. Optou-se por realizar um único no qual o objeto será parcelado em itens distintos, correspondentes a diferentes tipos de eventos a serem atendidos pelo serviço de buffet. Esse parcelamento do objeto foi adotado para maximizar a competitividade e garantir que empresas especializadas possam concorrer ao tipo de evento que melhor consegue atender, uma vez que possuem portes diferentes.

10. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18º da Lei 14.133/21).



A contratação do serviço de buffet para as solenidades formais da Câmara Municipal de Pará de Minas, conforme descrito neste ETP, será realizada por meio de **Pregão**, garantindo maior competitividade e eficiência na seleção do fornecedor. Essa modalidade assegura uma contratação que combina qualidade e economicidade, adequando-se às necessidades institucionais.

10.1. Economia e Flexibilidade:

- O **Pregão** promove ampla concorrência, permitindo que diversas empresas participem e apresentem suas propostas, resultando em preços mais competitivos para a Câmara Municipal.
- A flexibilidade do pregão facilita a contratação dos serviços de buffet com base nas especificidades de cada evento, evitando a imposição de contratos excessivos ou desnecessários. Isso garante que a Câmara possa contratar serviços conforme a demanda de cada solenidade, otimizando os recursos financeiros.

10.2. Melhor Aproveitamento dos Recursos:

- A contratação via pregão permite o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais, ao reunir em um único processo a aquisição dos alimentos, bebidas e equipe de apoio necessária para a prestação dos serviços de buffet.
- A coordenação de todos os serviços relacionados ao buffet sob um único contrato simplifica a gestão e fiscalização, minimizando a necessidade de múltiplos contratos e evitando custos adicionais decorrentes de uma fragmentação da contratação.

10.3. Satisfação e Qualidade:

- O serviço de buffet atenderá às exigências de qualidade necessárias para os eventos formais da Câmara, assegurando a satisfação tanto dos participantes quanto dos servidores envolvidos nos eventos.
- A qualidade dos alimentos, a eficiência no serviço prestado e a capacidade de atender a eventos de diferentes dimensões garantem uma experiência de alto nível, elevando o padrão das solenidades da Câmara.

10.4. Redução de Custos com Alimentação Externa:

- A contratação do buffet evita custos elevados com alimentação externa, proporcionando uma solução interna mais econômica e sob o controle direto da Câmara. Isso resulta em uma economia de recursos sem comprometer a qualidade do serviço oferecido.

Em síntese, a contratação por **Pregão** proporciona uma forma eficaz de maximizar a competitividade, assegurar a qualidade dos serviços prestados e garantir a economicidade, promovendo um melhor aproveitamento dos recursos públicos e atendendo de forma eficiente às necessidades dos eventos institucionais da Câmara Municipal.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS



Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Embora não haja medidas extraordinárias imediatas a serem tomadas, algumas providências serão essenciais para garantir o bom andamento dos serviços de buffet durante os eventos:

11.1. Capacitação dos Fiscais Contratuais: O servidor designado para a fiscalização do contrato deverá estar preparado para supervisionar a execução do serviço, garantindo que todos os aspectos contratuais sejam cumpridos. Isso inclui a verificação da qualidade dos alimentos, a conformidade com as normas sanitárias, e o acompanhamento das atividades da equipe contratada.

11.2. Direcionamento e Organização do Serviço: O fiscal do contrato será responsável por orientar a equipe da empresa contratada sobre o local de preparação e armazenagem temporária dos alimentos e bebidas antes de serem servidos. Esse espaço deverá ser adequado para manter os itens nas condições ideais de consumo, preservando a temperatura e qualidade dos alimentos até o momento de sua distribuição aos convidados. O direcionamento adequado da equipe de apoio e dos alimentos garantirá uma execução eficiente do serviço e evitará contratempos durante o evento.

11.3. Adequação do Espaço: A Câmara, já disposta de mobiliário e ornamentação, deverá assegurar que os espaços destinados ao serviço de buffet estejam organizados e acessíveis para a montagem e reposição de alimentos e bebidas. Isso facilitará o fluxo do serviço e permitirá que os convidados sejam atendidos de maneira rápida e eficiente.

Essas providências asseguram uma gestão eficaz do contrato, contribuindo para o sucesso dos eventos e a qualidade do serviço prestado.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18º da Lei 14.133/21).

Houve uma licitação similar anteriormente, referente ao **Pregão Eletrônico nº 07/2024** - Registro de Preços, que visava a futura e eventual contratação de serviços de buffet para fornecimento de coquetel nas solenidades da Câmara Municipal de Pará de Minas. No entanto,

esse processo foi cancelado devido ao licitante vencedor não ter cumprido com os requisitos estipulados na contratação, o que torna necessário o novo procedimento licitatório.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18º da Lei 14.133/21).

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais importantes, sendo necessário que a empresa contratada atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores quanto à sua finalidade, em especial à Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, e tenha cuidado no descarte dos resíduos a fim de evitar poluição.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18º da Lei 14.133/21).

Os estudos preliminares evidenciam que a melhor maneira de atender a necessidade de serviços de buffet para as solenidades da Câmara Municipal de Pará de Minas é realizando a contratação por meio de Pregão com o Registro de Preços, já que a realização dos eventos pode ou não ocorrer a depender da decisão do Presidente desta Casa. O procedimento é vantajoso para a Administração, pois não gera obrigação de contratar o total levantado.

Pará de Minas, 10 de outubro de 2024.

Marilva Keesen Greco
Divisão de Comunicação e Cerimonial

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2024

Objeto: *Registro de preços* para futura e eventual contratação de **serviços de buffet**, para fornecimento de coquetel nas solenidades e eventos promovidos pela Câmara Municipal de Pará de Minas.

DADOS DA EMPRESA
Nome:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone com DDD:
E-mail:
Dados bancários:

Em atendimento ao Edital do Pregão acima mencionado, apresentamos a seguinte proposta de preços:

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:				R\$	

- O(s) preço(s) registrado(s) na forma expressa no sistema eletrônico e nesta proposta incluem todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para entrega do objeto na Câmara Municipal de Pará de Minas – MG.

- **DECLARAMOS** que o(s) item(ns) constante(s) desta proposta corresponde(m) exatamente às especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital), às quais aderimos formalmente.

- PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (por extenso) dias *[observar o disposto no Edital – Cláusula 3.12]*

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nome:
Cargo:
CPF/RG:
OBS.: O signatário deve possuir poderes de administração estabelecidos em contrato social e/ou possuir procuração com poderes para assinar contratos em nome da empresa. A documentação comprobatória deverá ser encaminhada quando da assinatura do contrato.

[Local], _____, de _____ de 2024.

[Assinatura do representante legal da empresa]

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº XX / 2024

Processo Licitatório nº 48/2024
Pregão Eletrônico nº 14/2024
Registro de Preços nº 09/2024

A Câmara Municipal de Pará de Minas, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 1.935, Bairro Senador Valadares, Município de Pará de Minas/MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.931.994/0001-77, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Dilhermando Rodrigues Filho, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 14/2024**, oriundo do **PROCESSO LICITATÓRIO nº 48/2024**, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 09/2024**, conforme homologação publicada no dia **XX/XX/XXXX** no Diário Oficial do Município, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital e sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, demais legislação complementar vigente e pertinente à matéria e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente **ARP** tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de buffet, para fornecimento de coquetel nas solenidades e eventos promovidos pela Câmara Municipal de Pará de Minas, especificado **no(s) item(ns) [...]** do Termo de Referência (**Anexo I** do Edital), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, o(s) fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: <i>[inserir razão social, CNPJ, endereço, representante, contato]</i>					
ITEM DO TR	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:				R\$	

2.2. A listagem do Cadastro de Reserva referente ao presente registro de preços consta como **Anexo** a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador desta **ARP** é a Câmara Municipal de Pará de Minas.

3.2. Além do órgão gerenciador, **não** há outros órgãos e entidades participantes do registro de preços, conforme justificativa apresentada da fase de planejamento da licitação.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. **Não** será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada da fase de planejamento da licitação.

5. DA VIGÊNCIA, DA FORMALIZAÇÃO E DO CADASTRO DE RESERVA

Da vigência dos preços registrados

5.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, admitida a renovação dos quantitativos iniciais.

5.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a CÂMARA a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Da formalização da contratação e do cadastro de reserva

5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. O contrato ou instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual, contendo a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.1. O contrato ou instrumento equivalente de que trata o **item 5.4** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

5.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.5.2. Será incluído na ata, na forma de **anexo**, o registro dos licitantes que:

5.5.2.1. aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

5.5.2.2. mantiverem sua proposta original.

5.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.6. O registro a que se refere o **item 5.5.2** tem por objetivo a formação de **cadastro de reserva**, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 7**.

6. DA ATUALIZAÇÃO, DA ALTERAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Da atualização dos preços registrados

6.1. Os preços registrados serão reajustados, tendo sua periodicidade anual e data-base para sua concessão a data do orçamento estimado da licitação (21/10/2024), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.1. Para a concessão do reajuste será observado o índice IPCA/IBGE.

Da alteração dos preços registrados

6.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, nas situações:

6.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

Da negociação de preços registrados

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **CÂMARA** convocará o fornecedor para negociar a **redução** do preço.

6.3.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, a **CÂMARA** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.3.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a **CÂMARA** procederá ao **cancelamento** da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer à **CÂMARA** a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.4.1. Nesse caso, o fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



6.4.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será **indeferido** pela **CÂMARA** e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e na legislação aplicável.

6.4.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, a **CÂMARA** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.4.4. Não havendo êxito nas negociações, a **CÂMARA** procederá ao **cancelamento** da ata de registro de preços, nos termos do **item 7.4.3**, e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.4.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, a **CÂMARA** atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

7.1. O registro do fornecedor será **cancelado** pela **CÂMARA** quando este:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não assinar ou retirar a Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela **CÂMARA**, sem justificativa aceitável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no **item 6.4.2**; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas no **item 7.1** será formalizado por decisão do Presidente da **CÂMARA**, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a **CÂMARA** poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados em ata poderá ser realizado pela **CÂMARA**, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos **itens 6.3.3 e 6.4.4.**

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Serão consideradas infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado e aceito pela Contratante;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto;

f) praticar ato fraudulento na execução do objeto;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) **impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) **multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **45 (quarenta e cinco) dias**;
- e) **multa rescisória de 20% (vinte por cento)** sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução parcial do contrato;
- f) **multa rescisória de 30% (trinta por cento)** sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total do contrato;

8.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do art. 393 do Código Civil.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos, o local para entrega e recebimento do objeto, a forma de pagamento, as obrigações das partes, as penalidades e as demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e em seu **Anexo I** (Termo de Referência).



9.2. Aplica-se a Lei nº 14.133/21 e o Decreto Federal nº 11.462/23 a esta Ata de Registro de Preços, conforme permite o art. 187 da Lei nº 14.133/2021 e o Ato da Mesa Diretora nº 01/2024 da Câmara Municipal de Pará de Minas.

10. DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pará de Minas/MG, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento desta **ARP**.

E por estarem de acordo com as disposições, as partes firmam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Pará de Minas-MG, ____ de _____ de 202__.

Presidente Câmara Municipal de Pará de Minas

Representante legal do fornecedor registrado

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CADASTRO DE RESERVA

De acordo com a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com **preços iguais** ao adjudicatário:

Fornecedor: <i>[inserir razão social, CNPJ, endereço, representante, contato]</i>					
ITEM DO TR	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:				R\$	

De acordo com a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram** sua proposta original:

Fornecedor: <i>[inserir razão social, CNPJ, endereço, representante, contato]</i>					
ITEM DO TR	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:				R\$	